

EDUCAÇÃO BÁSICA: O DESEQUILÍBRIO DA AGLOMERAÇÃO PRIVADA EM REGIÕES DESENVOLVIDAS E A NECESSIDADE DE INVESTIMENTO PÚBLICO NAS CARENTES

Recebido em: 24/10/2023

Aceito em: 20/02/2024

DOI: 10.25110/educere.v24i1.2024-003



Manoel Costa Fonseca Júnior¹
Evelise Maria Labatut Portilho²
Manoel Joaquim Fernandes de Barros³
Sérgio Hage Fialho⁴
Luiz Fernando Quintanilha⁵

RESUMO: Apesar da relação entre educação e desenvolvimento socioeconômico não ser linear, existem múltiplas evidências que sugerem que a educação é um dos seus principais pilares. Neste sentido, o objetivo deste estudo foi analisar a relação entre o número de estabelecimentos públicos e privados de ensino fundamental da Bahia com aspectos de proficiência dos alunos e o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do estado. Para isto, foi realizada uma pesquisa sobre a participação das escolas que ofertam ensino fundamental na rede do estado baiano e sua relação com o desenvolvimento humano através do índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM). Além disso, analisou-se, comparativamente, a performance das escolas públicas e privadas nas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Verificou-se considerável grau de correlação da presença do setor privado nas localidades com IDHM mais elevado, contrastando com a presença mínima ou ausência deste setor nos municípios menos desenvolvidos. Evidenciou-se alta disparidade entre as performances das escolas privadas e públicas, com escores significativamente superiores das primeiras, especialmente nos municípios de maior IDHM. A conclusão deste estudo apresenta uma reflexão sobre as consequências para o crescimento socioeconômico expostas aos municípios que perfilam resultados insatisfatórios no quadro do desenvolvimento humano. Uma vez que a educação de qualidade assume um

¹ Especialista em Direito do Trabalho pela Universidade Estácio de Sá. Atualmente é Mestrando do Programa em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU da Universidade Salvador.

Email: manoelcfjunior@hotmail.com

² Doutora em Educação, Universidad Complutense de Madrid, Espanha. Professora Titular da Área de Educação e Coordenadora do Curso de Especialização em Psicopedagogia, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR).

Email: evelisep@onda.com.br

³ Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Professor Titular da Universidade Salvador (Brasil).

Email: manoeljfb@gmail.com

⁴ Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Professor Titular do Mestrado em Administração da Universidade Salvador e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Email: shagefialho@gmail.com

⁵ Doutorado em Ciências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU da Universidade Salvador, BA; Professor do curso de Medicina Zarns, BA; Estudante de Pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PR.

Email: luiz.mesq@animaeducacao.com.br

papel fundamental no processo de desenvolvimento de uma região, os números demonstram que o ensino particular, apesar de minoria em números de estabelecimentos e matrículas no estado, detém melhores rendimentos de proficiência e estão concentrados nos municípios com melhores condições sociais de renda, saúde e educação.

PALAVRAS-CHAVE: Aspectos Socioeconômicos; Educação Básica; Setor Público; Setor Privado.

BASIC EDUCATION: THE IMBALANCE OF PRIVATE AGLOMERATION IN DEVELOPED REGIONS AND THE NEED FOR PUBLIC INVESTMENT IN THE NEEDY

ABSTRACT: Although the relationship between education and socioeconomic development is not linear, there is multiple evidence that suggests that education is one of its main pillars. In this sense, the objective of this study was to analyse the relationship between the number of public and private elementary education establishments in Bahia with aspects of student proficiency and the human development index (HDI) of the state's municipalities. To this end, research was carried out on the participation of schools that offer elementary education in the Bahian state network and their relationship with human development through the municipal human development index (IDHM). Furthermore, the performance of public and private schools in terms of grades obtained in the National Secondary Education Examination (ENEM) was comparatively analysed. There was a considerable degree of correlation between the presence of the private sector in locations with the highest MHDI, contrasting with the minimal presence or absence of this sector in less developed municipalities. There was a high disparity between the performances of private and public schools, with significantly higher scores for the former, especially in municipalities with the highest HDI. The conclusion of this study presents a reflection on the consequences for socioeconomic growth exposed to municipalities that profile unsatisfactory results in the framework of human development. Since quality education plays a fundamental role in the development process of a region, the numbers demonstrate that private education, despite being a minority in number of establishments and enrolments in the state, has better proficiency yields and is concentrated in municipalities with better social conditions of income, health and education.

KEYWORDS: Socioeconomic Aspects; Basic education; Public sector; Private sector.

EDUCACIÓN BÁSICA: EL DESEQUILIBRIO DE LA AGLOMERACIÓN PRIVADA EM LAS REGIONES DESARROLLADAS Y LA NECESIDAD DE INVERSIÓN PÚBLICA EM LOS NECESITADOS

RESUMEN: Si bien la relación entre educación y desarrollo socioeconómico no es lineal, existen múltiples evidencias que sugieren que la educación es uno de sus principales pilares. En este sentido, el objetivo de este estudio fue analizar la relación entre el número de establecimientos de educación básica públicos y privados en Bahía con aspectos de competencia estudiantil y el índice de desarrollo humano (IDH) de los municipios del estado. Para ello, se realizó una investigación sobre la participación de las escuelas que ofrecen educación básica en la red del estado de Bahía y su relación

con el desarrollo humano a través del índice de desarrollo humano municipal (IDHM). Además, se analizó comparativamente el desempeño de las escuelas públicas y privadas en términos de calificaciones obtenidas en el Examen Nacional de Educación Secundaria (ENEM). Hubo un grado considerable de correlación entre la presencia del sector privado en las ubicaciones con el IDHM más alto, en contraste con la mínima presencia o ausencia de este sector en los municipios menos desarrollados. Hubo una gran disparidad entre el desempeño de las escuelas públicas y privadas, con puntajes significativamente más altos para las primeras, especialmente en los municipios con el IDH más alto. La conclusión de este estudio presenta una reflexión sobre las consecuencias para el crecimiento socioeconómico que exponen los municipios que perfilan resultados insatisfactorios en el marco del desarrollo humano. Dado que la educación de calidad juega un papel fundamental en el proceso de desarrollo de una región, los números demuestran que la educación privada, a pesar de ser minoritaria en número de establecimientos y matrículas en el estado, tiene mejores rendimientos de competencia y se concentra en municipios con mejores condiciones sociales de ingresos, salud y educación.

PALABRAS CLAVE: Aspectos Socioeconómicos; Educación básica; Sector público; Sector privado.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento humano é influenciado por diversos fatores, como distribuição de renda, saúde, segurança e educação, constituindo uma linha do progresso econômico paralelo ao social. Deve-se prover à população condições de vida em um ambiente social e favorável na liberdade de suas escolhas, permitindo ao indivíduo que se desenvolva economicamente e socialmente. A análise dos fatores sociais presentes no processo de desenvolvimento humano, conjugados com a dimensão econômica de uma região, é definida pelo estudo da combinação entre crescimento econômico, qualidade de vida e melhoria do bem-estar.

Gallino (2005), conceitua o desenvolvimento socioeconômico como sendo parte de um processo de ampliação das escolhas das pessoas em conquista de capacidades e oportunidades de ser o que desejam ser. Normalmente, o desenvolvimento socioeconômico pode ser mensurado por diversos indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB), renda *per capita*, Índice de Gini, Índice de Liberdade Econômica e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); este último é um índice composto que leva em consideração o PIB *per capita*, a expectativa de vida e a taxa de alfabetização.

Dentre os fatores que impactam no desenvolvimento socioeconômico de uma região, podemos destacar os efeitos diretos e indiretos da educação (BRETON, 2013). Apesar da relação entre educação e desenvolvimento econômico ser tema de constante debate, existe um conjunto de evidências que sugere que a oferta de educação de

qualidade pode atuar como um dos principais pilares do desenvolvimento econômico (BARBOSA FILHO; PESSOA, 2010). Hanushek e Woessmann (2012), por exemplo, argumentam que o investimento em educação pode ter um impacto significativo no crescimento econômico e apresentam evidências empíricas que o investimento em educação está positivamente relacionado com o PIB *per capita*. Corroborando com esses dados, Psacharopoulos e Patrinos (2018) destacam a importância da qualidade da educação para o desenvolvimento humano, argumentando que a carência de qualidade na educação pode ter efeitos negativos sobre o desenvolvimento socioeconômico.

O campo da economia da educação, por excelência, discute os impactos das ações educacionais nos contextos geoeconômicos. Entre seus marcos teóricos, destacam-se desde o trabalho de Paulo Freire, até o indiano Amartya Sen e nobel Theodore Schultz. Freire (2014) revolucionou a educação ao enfatizar a importância da conscientização e da educação crítica para a libertação das pessoas oprimidas, promovendo o desenvolvimento individual e social. Sen (2018), economista e filósofo, com sua abordagem da “Capacitação Humana” argumenta que o desenvolvimento não pode ser medido apenas por indicadores econômicos, mas também pelo acesso à educação, saúde e liberdade individual, destacando o papel central da educação na capacitação das pessoas para participarem plenamente do desenvolvimento social. Já Theodore Schultz (1973), por sua vez, contribuiu com a teoria do “Capital Humano”, destacando que o investimento em educação e treinamento é fundamental para o desenvolvimento econômico, ao aumentar a produtividade dos indivíduos e, conseqüentemente, contribuir para o progresso de uma sociedade.

No contexto brasileiro, diversos estudos têm analisado a relação entre educação e desenvolvimento socioeconômico com semelhantes conclusões (CUNHA; NUNES, 2016; TARDA; RODRIGUES, 2015). Em 2002, por exemplo, um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sugeriu que a educação pode ter um impacto positivo no desenvolvimento econômico ao promover o aumento da produtividade e da inovação, melhorar a qualidade dos recursos humanos e reduzir a desigualdade social (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2002).

Gala (2020), porém, apresenta contrapontos nos reflexos da relação entre a qualificação do indivíduo e a perspectiva com a oferta do mercado de trabalho. Sua contestação acompanha a curva da economia, que deve seguir em simetria ao investimento educacional, sendo que, se o processo educacional não for implementado

em sintonia com a economia, a formação tende a não ser absorvida no mercado de trabalho. Tal observação reforça a importância do setor industrial no aspecto de produção que destaca a inovação e o aperfeiçoamento dos processos como elemento diferencial na economia produtiva.

As considerações de Paulo Gala levantam um hiato neste processo educacional, reverberando elementos trabalhados no processo de formação para o efeito final de produtividade. Refuta-se que a educação de qualidade prepara o indivíduo não somente para o retorno financeiro advindo da sua diplomação, mas, também, o prepara para a “gangorra” da economia na sociedade, refletindo-se na vida do cidadão, promovendo condições de adaptação a estas alternâncias, para promoção do seu bem-estar. Sendo assim, embora não podendo a educação ser uma garantia de ascendência econômica ou social, é substancialmente inegável que ela gere oportunidades ao ser humano, que, sem esse atributo, dificilmente seriam alcançadas com igual efetividade.

Neste contexto, sabe-se que o tempo de estudo e a qualidade do ensino empregados nos anos iniciais da escola são essenciais para a construção de uma sociedade desenvolvida, que ofereça melhores condições de bem-estar à sua população, podendo, assim, ter reflexos nos índices socioeconômicos. Segundo o Professor James Heckman (2017), a negligência com os primeiros anos na educação inicial produz índices de criminalidade mais elevados, maiores taxas de gravidez na adolescência, de evasão no ensino médio e níveis menores de produtividade no mercado de trabalho. Além disso, ainda destaca que a falta de investimento nos anos iniciais da escola produz um custo mais elevado e menor eficiência no alcance de resultados satisfatórios nas idades mais avançadas. Portanto, para que o processo educacional apresente resultados promissores, sua aplicação deve ser efetiva e de qualidade.

O conceito de qualidade da educação é amplo e abrange dimensões divididas entre níveis extraescolares e interescolares. No primeiro, estão relacionados os aspectos socioeconômico e cultural dos entes envolvidos, enquanto, no nível interescolar se relacionam: o sistema, com as condições de oferta do ensino; a escola, na gestão e organização do trabalho escolar; o professor, com a formação, profissionalização e ação pedagógica; e o aluno, com o acesso, a permanência e o desempenho escolar (DOURADO, DE OLIVEIRA, SANTOS, 2007). A sincronia destes níveis é fundamental para a construção de um quadro próspero da educação e reflexos produtivos na sociedade.

A avaliação da qualidade do ensino é mensurada pela análise destes elementos que medem contextos sociais dos alunos, formação e prática pedagógica dos professores, além de desempenho em proficiência nas disciplinas (ARAÚJO, LUZIO, 2005). Seus dados são compilados e apresentados em relatórios produzidos pela informação concebida por indicadores como o Censo Escolar, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

No Brasil, a educação básica pode ser ofertada pelo setor público e privado, sendo regulada pela Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Entre os princípios norteadores do seu texto, a “garantia de padrão de qualidade” é disposta no artigo 3º, inciso IX, e estabelecida sua efetivação no artigo 4º, inciso IX, devendo ser cumpridos por competência colaborativa entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

(...)

IX - Garantia de padrão de qualidade; (BRASIL, 1996).

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

(...)

IX – Padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados; (BRASIL, 1996).

A forma com que a educação é ofertada no país, no entanto, é tema de acalorados debates relacionados à (falta de) qualidade e à desigualdade de acesso. Como exemplo das disparidades qualitativas na análise do desempenho dos alunos no ENEM, agrupados por estabelecimentos de ensino, há marcantes diferenças entre as performances dos estabelecimentos privados em relação aos públicos. Tal cenário é observado através dos dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) onde, no país, em 2021, dentre as cem escolas com as melhores notas obtidas no ENEM, apenas três eram públicas, todas federais. Paradoxalmente, o ensino da rede pública, gratuito no Brasil, neste mesmo ano, absorveu mais de 4/5 das matrículas de toda rede educacional, conforme dados do censo escolar (INEP, 2022).

Quando se avalia o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), os estados do norte e nordeste do país, comparados às demais regiões, destacam-se de

forma negativa. Neste contexto, historicamente, o IDEB do estado da Bahia apresenta resultados pífios, tendo ocupado a última colocação em 2017 (INEP, 2022).

O problema deste estudo está fundamentado na importância e qualidade da educação como fator de desenvolvimento socioeconômico da Bahia, assumindo o objetivo de analisar a relação entre o número de estabelecimentos públicos e privados de ensino fundamental com aspectos de proficiência dos alunos e o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do estado.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo quantitativo e analítico que investigou a associação entre indicadores socioeconômicos e de educação dos 417 municípios do estado da Bahia.

2.1 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O IDH é um indicador publicado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que integra a Organização das Nações Unidas (ONU). No Brasil, o IDHM é elaborado seguindo os mesmos padrões do IDH global, através de dados coletados pelo processo censitário, que disponibilizam informações de forma municipalizada. Com base no último processo de coleta censitário de 2010, foram coletados estes dados para a pesquisa, servindo de referência para delimitação da análise.

2.2 Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

Anualmente, no Brasil, o ENEM tem como principal objetivo avaliar o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica servindo, em muitos casos, como ferramenta de seleção a candidatos para o ingresso ao ensino superior. A análise da proficiência dos alunos é avaliada pela apropriação das notas obtidas, propiciando um diagnóstico do aprendizado escolar de vigilância à evolução dos alunos e rendimento de redes de ensino deficientes com os seguintes propósitos: detectar escolas e/ou redes de ensino cujos alunos apresentem baixa performance em termos de rendimento e proficiência, e monitorar a evolução temporal do desempenho dos alunos dessas escolas e/ou redes de ensino (FERNANDES, 2007).

Para construção do ranking das notas escolares deste indicador, é realizado um exame nacional com a aplicação de uma prova objetiva contendo áreas de conhecimento relacionada às Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens e Matemática, incluindo também uma Redação. O resultado é obtido através da média aritmética da pontuação alcançada entre as cinco áreas aplicadas.

2.3 Análise de dados

A seleção dos dados referenciados tem como base o último processo censitário realizado em 2010 e os indicadores apurados nos períodos mais próximos. A análise da pesquisa buscou a associação da presença pública e privada com o IDHM. Também foram associados os resultados obtidos pelo ENEM 2013, que, apesar de avaliar o desempenho dos alunos no ensino médio, apresentam números relacionados aos concluintes do ensino fundamental de três anos anteriores. Esta análise serve como reflexo da qualidade do ensino das etapas anteriores, nas fases seguintes da educação.

Os dados coletados foram tabulados na plataforma do Microsoft Excel com a finalidade de estabelecer a correlação entre IDHM e o grau de participação (em %) dos estabelecimentos públicos e privados. Foi utilizado o coeficiente de Pearson para mensuração da relação estatística entre variáveis contínuas.

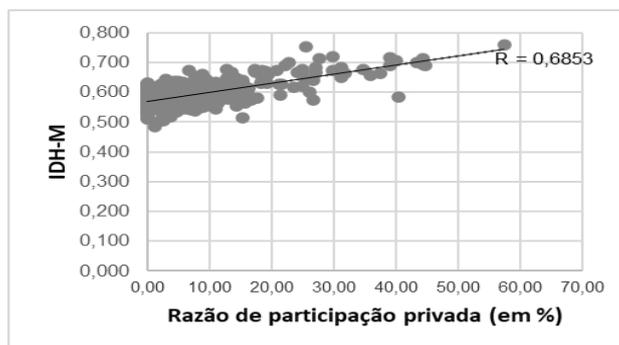
2.4 Aspectos éticos

Por se tratar de uma pesquisa envolvendo apenas dados de domínio público, sem identificação de sujeitos participantes, não foi necessária a apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

3. RESULTADOS

O IDHM na Bahia em 2010 apresentou uma média de 0,594, enquanto a média brasileira do mesmo período foi de 0,724. Com a finalidade de relacionar aspectos socioeconômicos e educacionais do estado da Bahia, foi investigado o grau de associação entre a razão de participação de estabelecimentos privados, que ofertam o ensino fundamental, e o IDHM dos 417 municípios baianos. Foi verificado uma moderada correlação positiva ($r=0,6853$) entre a participação privada de estabelecimentos de ensino fundamental e o IDHM dos municípios baianos (Gráfico 1).

Gráfico 1: Diagrama de dispersão entre o IDHM e o grau de participação dos estabelecimentos privados do ensino fundamental.

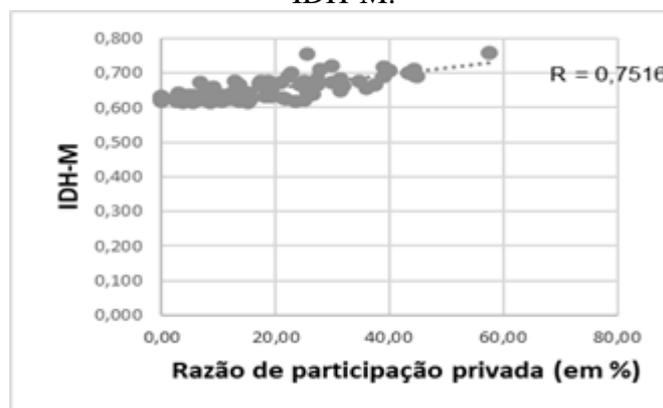


Fonte: IBGE/IDHM; INEP, 2010.

Investigando se esta associação poderia assumir outro padrão na análise dos quartis superior e inferior, foi utilizado o mesmo procedimento com os 100 municípios mais e menos bem posicionados no *ranking* de desenvolvimento humano, a fim de investigar a proximidade e atração do ensino privado com as localidades mais (e menos) favorecidas socioeconomicamente.

Verificou-se uma forte correlação positiva do IDHM com a razão de participação dos estabelecimentos privados nos municípios do quartil superior (Gráfico 2), enquanto a análise de correlação do quartil inferior foi prejudicada pela inexistência de escolas privadas em 27,09% da amostra, portanto, sendo excluídos quase 1/3 dos municípios pela ausência de parâmetros utilizados (possuírem escolas particulares) na relação pesquisada.

Gráfico 2: Diagrama de dispersão entre o IDH-M e o grau de participação dos 100 estabelecimentos privados do ensino fundamental mais bem colocados no *ranking* do IDH-M.



Fonte: IBGE/IDHM; INEP, 2010.

Para ilustrar a importância e participação do setor público na educação, um recorte dos vinte municípios mais pobres do estado evidencia uma razão

privado/público de 0,02 nesses locais (*versus* 0,39 nos vinte municípios mais desenvolvidos; Tabela 1), correspondendo a 98% dos estabelecimentos que ofertam o ensino fundamental nestas regiões.

Como esperado, houve uma presença mais acentuada do ensino privado em localidades classificadas como dotadas de melhores condições socioeconômicas enquanto instalações em municípios menos ranqueados são ignorados pela falta de interesse no investimento educacional privado. Entre os vinte municípios menos desenvolvidos da lista do IDHM, são registrados apenas dezoito estabelecimentos privados, contra 780 dos vinte mais bem posicionados desta tabela. Entre as vinte cidades com menores índices de desenvolvimento humano, a oferta do ensino público à população é quase exclusiva, contabilizando 1.034 estabelecimentos públicos, contra apenas 18 privados, com destaque na ausência de escolas particulares em mais da metade destes municípios (11 cidades).

Tabela 1: Número de escolas de ensino fundamental por categoria administrativa e razão de participação de estabelecimentos privados/públicos entre os 20 municípios baianos mais e menos bem colocados no ranking do IDH-M.

P	Município 20+	Privados	Públicos	Razão Pri/Púb	P	Município 20-	Privados	Públicos	Razão Pri/Púb
1	Salvador	264	553	0,48	417	Itapicuru	1	76	0,01
2	Lauro de Freitas	9	73	0,12	416	Pilão Arcado	3	183	0,02
3	Barreiras	8	87	0,09	415	Monte Santo	3	149	0,02
4	Luís Eduardo Magalhães	11	21	0,52	414	Ibiquera	-	10	-
5	Feira de Santana	140	252	0,56	413	Ribeira do Amparo	-	50	-
6	Itabuna	39	108	0,36	412	Pedro Alexandre	-	52	-
7	Madre de Deus	3	6	0,50	411	Umburanas	1	9	0,11
8	Santo Antônio de Jesus	30	49	0,61	410	Lamarão	1	23	0,04
9	Cruz das Almas	12	43	0,28	409	Macajuba	-	10	-
10	Camaçari	34	78	0,44	408	Nova Itarana	-	10	-
11	Candeias	9	57	0,16	407	Mirante	-	21	-
12	Irecê	18	28	0,64	406	Sátiro Dias	1	43	0,02
13	Ilhéus	19	62	0,31	405	Tremedal	-	74	-
14	Teixeira de Freitas	24	54	0,44	404	Sítio do Quinto	-	30	-
15	Alagoinhas	32	98	0,33	403	Piraf do Norte	-	39	-
16	Vitória da Conquista	67	207	0,32	402	Araci	5	119	0,04
17	Juazeiro	24	112	0,21	401	Coronel João Sá	-	63	-
18	Eunápolis	14	47	0,30	400	Biritinga	1	42	0,02
19	Catu	12	54	0,22	399	Maetinga	-	9	-
20	Dias D'Ávila	11	24	0,46	398	Várzea da Roça	2	22	0,09
TOTAL / MÉDIA		780	2.013	0,39	TOTAL / MÉDIA		18	1.034	0,02

Fonte: INEP, 2010.

Para além do aspecto quantitativo (número de estabelecimentos), observou-se também o nível da educação ofertada, com base nos resultados disponíveis da avaliação de desempenho do ensino médio, o ENEM. Este exame, além de avaliar o desempenho educacional desta etapa, incorpora reflexos aos efeitos da eficiência escolar trabalhada nos anos anteriores da educação, ou seja, no ensino fundamental.

Seus resultados evidenciam a disparidade existente entre as performances das escolas públicas e privadas. Nota-se um escore significativamente superior das escolas privadas em relação às públicas nos municípios de maior IDH-M (591,08 *versus* 490,50, respectivamente). Dentre os municípios com piores índices de desenvolvimento humano, as escolas privadas sequer surgem na análise (Tabelas 2 e 3). Mesmo isolando apenas a rede pública, é evidenciada a superioridade, em notas, dos alunos nas localidades consideradas mais desenvolvidas, se comparados com a média dos estudantes residentes nos municípios de piores índices de desenvolvimento humano (443,97 pontos).

Tabela 2: Desempenho no ENEM das escolas públicas e privadas entre os 10 municípios baianos mais bem colocados no *ranking* do IDH-M.

P	Municípios 10+	IDH-M	Escolas públicas	ENEM	Escolas Privadas	ENEM
1	Salvador	0,759	67,69%	484,43	32,31%	581,02
2	Lauro de Freitas	0,754	89,02%	485,36	10,98%	601,66
3	Barreiras	0,721	91,58%	489,1	8,42%	602,14
4	Luís Eduardo Magalhães	0,716	65,63%	508,7	34,38%	588,59
5	Feira de Santana	0,712	64,29%	482,51	35,71%	605,78
6	Itabuna	0,712	73,47%	495,72	26,53%	579,79
7	Madre de Deus	0,708	66,67%	479,05	33,33%	-
8	Santo Antônio de Jesus	0,700	62,03%	491,2	37,97%	596,15
9	Cruz das Almas	0,699	78,17%	480,91	21,82%	578,08
10	Camaçari	0,694	69,64%	507,95	30,36%	586,51
	TOTAL/MÉDIA	0,72	72,82%	490,50	27,18%	591,08

Fonte: ENEM, 2013.

Tabela 3: Desempenho no ENEM das escolas públicas e privadas entre os 10 municípios baianos menos bem colocados no *ranking* do IDH-M.

P	Municípios 10-	IDH-M	Escolas públicas	ENEM	Escolas Privadas	ENEM
417	Itapicuru	0,486	98,70%	487,84	1,30%	-
416	Pilão Arcado	0,506	98,39%	365,04	1,61%	-
415	Monte Santo	0,506	98,03%	495,46	1,97%	-
414	Ibiquera	0,511	-	-	-	-
413	Ribeira do Amparo	0,512	100,00%	481,59	0,00%	-
412	Pedro Alexandre	0,513	-	-	-	-
411	Umburanas	0,515	90,00%	384,77	10,00%	-
410	Lamarão	0,518	-	-	-	-
409	Macajuba	0,524	100,00%	458,06	0,00%	-
408	Nova Itarana	0,524	100,00%	435,06	0,00%	-
	TOTAL/MÉDIA	0,51	97,87%	443,97	2,13%	0

Fonte: ENEM, 2013.

4. DISCUSSÃO

A proposição inicial deste estudo analisa o alcance que as escolas públicas e privadas representam na educação baiana na etapa do ensino fundamental. Os dados indicam que o setor público é responsável pela oferta das matrículas do ensino fundamental dos alunos da Bahia, constituindo mais de 90% dos estudantes matriculados em todo o estado, destacando-se sua oferta quase exclusiva nos municípios mais pobres. Isto demonstra o quanto é importante que esta administração possua um sistema de qualidade capaz de oferecer melhores condições de aprendizado e servir como fator importante de ascendência social e aumento da produtividade de seus sujeitos (ALVES, 2007; TRAVITZKI; FERRÃO; COUTO, 2016). Através da melhoria na qualidade do ensino, ainda na fase inicial da aprendizagem é possível subsidiar o desenvolvimento local promovendo o crescimento regional em áreas carentes em qualidade social, reduzindo, assim, a curva da desigualdade (GUZZO; EUZÉBIOS, 2005).

Sabe-se que é delegado ao Estado o protagonismo de atuar como agente regulador e na adoção do poder de tutela perante a administração social na promoção do desenvolvimento local dos municípios classificados como menos desenvolvidos. Émile Durkheim (1999) ressalta que a convivência em sociedades complexas envolve uma diversidade de interesses e conflitos, onde a política assume posição de atuar para

integração da sociedade. Neste aspecto, na elaboração e aplicação de ações para suprimir as carências sociais no âmbito educacional, o Estado deve se dedicar em ofertar um serviço com qualidade aos seus cidadãos, que permita a esses indivíduos possuírem condições de atuação no mercado de trabalho e uma formação consciente para se tornarem seres participativos e colaborativos no ambiente em que convivem. Neste contexto, a educação atua como elemento fomentador ao desenvolvimento local, reproduzindo efeitos regionais, a partir do momento que os indivíduos, dotados de conhecimento, passam a se beneficiar, além da sua qualidade de vida, também do ambiente onde se encontram (SOUZA; FREIESLEBEN, 2018).

Os resultados aqui apresentados reforçam a responsabilidade do setor público, já que sua garantia constitucional cobre, muitas vezes de maneira integral, municípios mais carentes do estado. Porém, há necessidade de se (re)avaliar, a partir dos índices atualmente disponíveis e utilizados, as condições da educação ofertada, especialmente visando as camadas mais carentes da sociedade. Políticas públicas com programas focando exclusivamente na eliminação do analfabetismo e na garantia de acesso às vagas nas escolas podem não ser suficientes para a educação agir como ferramenta de melhoria do bem-estar social, já que a qualidade do ensino é fator essencial no processo de desenvolvimento individual e coletivo (IOSIF, 2007). Desta forma, são essenciais ações mais amplas e metas para a elevação da qualidade do ensino, com investimento em infraestrutura, políticas de controle à evasão escolar e qualificação dos educadores (VASCONCELOS *et al.*, 2021). Entre estas alternativas, considerar possibilidades de orientar inversões privadas para regiões de baixa renda surge como uma alternativa importante: (a) uma vez que constatado pelo estudo que a qualidade dispensada por operações privadas tem apresentado resultados aprovados por indicadores públicos de qualidade; (b) porque a substituição pelo investimento privado libera os recursos públicos para situações de maior carência social e que, portanto, precisão de maior atenção pública; (c) tais inversões privadas podem ser viabilizadas por mecanismos já consagrados de incentivos fiscais, financiamento subsidiado, entre outros.

Apesar de sabermos da pluralidade e complexidade da educação e da dificuldade em mensurá-la através de índices, não parece razoável pensar em gestão escolar e qualidade de ensino sem estarmos atentos aos índices atualmente disponíveis. O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), por exemplo, é um estudo comparativo internacional, realizado a cada três anos pela Organização para a

Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Ele provê informações sobre o desempenho dos alunos, quando se presume que a educação primária obrigatória terminou na maioria dos países, e relaciona dados em relação à aprendizagem (PISA, 2018). No Brasil, o INEP coordena a versão nacional desta avaliação, através do IDEB, avaliando dois conceitos importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações, utilizado nesta pesquisa como referência à qualidade do ensino ofertado no país.

Neste cenário, é preocupante observarmos que o desempenho de alunos brasileiros no PISA está distante da qualidade compreendida como adequada, considerando o desempenho publicado pelos seus relatórios. Neles, o Brasil vem ocupando corriqueiramente as posições inferiores entre os países membros da OCDE que compõem a lista. Regionalmente, no IDEB, o estado da Bahia também apresenta resultados pífios, se destacando negativamente no âmbito nacional, abarcando grande parcela dos municípios com piores desempenhos (SILVA; DEMO; MINAYO, 2021; BECKER, 2020).

É igualmente alarmante a explícita desigualdade da qualidade da educação básica entre as categorias administrativas das escolas (públicas e privadas) analisadas pelos resultados do ENEM. O presente estudo demonstra uma performance extremamente desigual entre os entes público e privado em relação ao desempenho de proficiência dos alunos de ensino médio. A base educacional destes estudantes é formada durante os anos do ensino básico, que também apresentam dissonâncias quando considerados a qualidade e a participação entre os estabelecimentos particulares e públicos. Estudos recentes corroboram com esta constatação, ao apresentarem dados que reforçam o abismo existente entre as escolas localizadas em regiões mais e menos desenvolvidas do país, além da discrepância nos resultados entre os estabelecimentos públicos e privados (SOUSA et al, 2020). Não reconhecer o problema e a carência de ações na mitigação dessas distorções, é insistir no atraso e na manutenção das desigualdades abissais e reconhecidas no Brasil. Por outro lado, cabe reconhecer que o esforço público se encontra restringido por questões contingenciais e históricas, como: (a) ausência de mão de obra qualificada *in loco*, notadamente, disponível para atuação docente; (b) insuficiência alimentar crônica dos alunos, precarizando de forma importante sua condição cognitiva; (c) pais iletrados com remuneração mínima, que utilizam-se, recorrentemente, do trabalho infantil para garantir a subsistência familiar;

(d) infraestrutura local precária de acesso, manutenção e gestão, que cria sérias restrições à operação educacional, com condições de mínimas permanência para alunos, professores e pessoal técnico-administrativo.

Desta forma, Nunes, Corsino e Didonet (2011) reforçam a disparidade nas condições de ensino ofertada à população, em que a educação “de excelência” está disponível para a parcela da sociedade mais favorecida economicamente, enquanto, para grande maioria, é disposto um ensino de “baixa qualidade”. Adicionalmente, de acordo com Freitas (2022), nesta parcela social, muitos são os problemas gerados por esta diferença na qualidade de ensino; uma delas são crianças que estudam o 6º ano do ensino fundamental e que executam com precariedade a leitura e escrita. Os impactos sociais desse déficit são claros.

O presente artigo lança luz a um tema sensível e essencial no desenvolvimento regional que, através de indicadores de desenvolvimento e de qualidade de educação básica, expõe fragilidades na oferta do ensino básico no estado da Bahia. Apesar de as análises aqui apresentadas não representarem inequivocamente uma relação de causalidade entre qualidade de educação e desenvolvimento, a análise desta associação permite uma interpretação sob os aspectos social e econômico, onde: (i) social, na medida que o ensino público performa com precariedade e se apresenta como única opção à população, a desigualdade social tende a crescer e; (ii) econômico, representado pelos polos de atração aos investimentos privados na educação nos municípios que detém mais recursos financeiros e melhores condições de vida de sua população. Urge, portanto, a necessidade de se realizar uma análise profunda dos dados de distribuição e qualidade da educação básica, para buscar soluções e mitigar os efeitos deletérios que a (falta da) educação pode gerar.

5. CONCLUSÕES

O ser humano busca viver no ambiente de qualidade que lhe conceda condições sociais de cuidar e aproveitar sua família, envolvendo garantias fundamentais, como saúde, segurança, acessibilidade, igualdade e educação. Neste âmbito, o Estado assume a obrigação, dentro do nosso sistema democrático, de aplicar os direitos estabelecidos na constituição. Estas garantias, apesar de declaradas constitucionalmente, por vezes não são concedidas de maneira digna e equânime à população.

No presente estudo, é evidenciado o predomínio de escolas (e vagas) públicas em relação às escolas particulares. Enquanto isso, as escolas privadas se encontram distribuídas de forma desigual entre os municípios do estado, concentrando-se naqueles onde os índices de desenvolvimento humano são mais altos, enquanto as cidades com IDHM baixos se restringem quase que exclusivamente à oferta do setor público de ensino, o qual apresenta resultados de desempenho abaixo do ideal. Este achado, contudo, expõe que estas evidências não concluem por uma relação direta de que operações privadas majoritárias tem necessariamente ligação intrínseca com ensino de qualidade, mas que estão, por evidente, associadas àqueles contextos em que as condições socioeconômicas são favoráveis. A discrepância para um contexto de baixo desempenho educacional, onde há predominância de operações públicas, alerta para o fato da conveniência de agregar ao esforço do estado as inversões privadas que, por mecanismos fiscais, dentre outros, poderá apoiar a reversão do quadro constatado no estudo.

Este panorama corrobora com a ideia de que a educação baiana tem a necessidade urgente de superar os obstáculos referentes à equidade qualitativa de escolas e, especialmente, aos indicadores de desempenho escolar. Este é um dos pilares de sustentação para que o aspecto educacional possa contribuir na formação de cidadãos dotados de competências para se desenvolverem socioeconomicamente e colaborarem para construção de uma sociedade com melhores condições de vida e bem-estar.

Finalmente, o cenário apresentado pelos resultados desta investigação pode impactar negativamente na perpetuação e acentuação das já abissais desigualdades no estado e, portanto, deve ser cautelosamente estudado pelos atores responsáveis pelo desenvolvimento regional no contexto educacional. As estratégias e políticas devem ser direcionadas, especialmente, ao equacionamento das diferenças de qualidade educacional com objetivos audaciosos de desenvolvimento, para dirimir os atrasos históricos e grosseiros que o País apresenta.

REFERÊNCIAS

ALVES, T. **Avaliação na administração pública**: uma proposta de análise para as escolas públicas de educação básica. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ARAÚJO, C. H., LUZIO, N. **Avaliação da Educação Básica**: em busca da qualidade e equidade no Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2005.

BARBOSA FILHO, F. H., PESSOA, S. A. Educação e crescimento: o que a evidência empírica e teórica mostra? **Revista Economia**, v. 11, n. 2, p. 265-303, 2010.

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. S. P. de. **Pelo fim das décadas perdidas**: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. Textos para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2002.

BECKER, K. L. **Qualidade da educação no Brasil**: uma análise da distribuição regional do IDEB em 2007 e 2017. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. LDB: Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 12 ago. 2022.

BRETON, T. R. The role of education in economic growth: Theory, history and current returns. **Educational Research**, v. 55, n. 2, p. 121-138, 2013.

CUNHA, A. F.; NUNES, S. F. Educação e crescimento econômico: Análise dos municípios da região dos Campos Gerais do Paraná. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 17, n. 3, p.232-239, 2016.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. A. A qualidade da educação conceitos e definições. **Textos para discussão**, n. 24, p. 69-69, 2007.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. 2.ed. São Paulo: M. Fontes, 1999.

FERNANDES, R. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Editora Paz e Terra, 2014.

FREITAS, E. **A Qualidade da Educação Brasileira**. Portal Brasil Escola. Disponível em: <<https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/a-qualidade-educacao-brasileira.htm>>. 2022. Acesso em: 02 ago. 2022.

GALA, P.; RONCAGLIA, A. **Brasil, uma economia que não aprende**. São Paulo: Edição do Autor, 2020.

GALLINO, L. **Dicionário de Sociologia**. Tradução de José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 2005.

GUZZO, R. S. L.; EUZÉBIOS FILHO, A. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. **Escritos sobre Educação**, v. 4, n. 2, p. 39-48, 2005.

HANUSHEK, E. A.; WOESSMANN, L. Do better schools lead to more growth? Cognitive skills, economic outcomes, and causation. **Journal of economic growth**, v. 17, p. 267-321, 2012.

HECKMAN, J. James Heckman e a importância da educação infantil. **Revista Veja**, 22 set. 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/revista-veja/james-heckman-nobel-desafios-primeira-infancia/>>. Acesso em: 05 jun. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Microdados do Enem 2011**. Brasília: INEP, 2022. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/enem>>. Acesso em: 16 jun.2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2021**. Brasília: INEP, 2022. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>. Acesso em: 30 mai.2022.

IOSIF, R. M. G. **A qualidade da educação na escola pública e o comportamento da cidadania global emancipada**: implicações para a situação da pobreza e desigualdade no Brasil. Brasília-DF. 2007.

NUNES, M.F.R.; CORSINO, P.; DIDONET, V. **Educação infantil no Brasil**: primeira etapa da educação básica. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011.

PSACHAROPOULOS, G.; PATRINOS, H. A. Returns to investment in education: a decennial review of the global literature. **Education Economics**, v. 26, n. 5, p. 445-458, 2018.

PISA. **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes**, 2000-2018. Dados disponíveis em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>>. Acesso em: jun. 2022.

SCHULTZ, T.W. **O Capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das letras, 2018.

SILVA, R. A.; DEMO, P.; MINAYO, M. C. S. Resultados do IDEB-2019 sugerem avanço no Ensino Médio. **Revista Educar Mais**, v. 5, n. 5, p. 990-1002, 2021.

SOUZA, F. E.; FREIESLEBEN, M. A educação como fator de desenvolvimento regional. **Revista FAE**, Curitiba. v.21, n.2, p.163-178. jul./dez. 2018.

SOUSA, E. C. et al. Desigualdades em discussão: o rendimento das escolas públicas e privadas no exame nacional do ensino médio (ENEM) no ano de 2017. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 5, p. 26450-26458, 2020.

TARDA, K. B; RODRIGUES, R. V. A influência dos gastos em educação no crescimento econômico da região administrativa de Campinas. **Revista Estudo & Debate**, v. 22, n. 2, 2015.

TRAVITZKI, R.; FERRÃO, M. E.; COUTO, A. P. Desigualdades educacionais e socioeconômicas na população brasileira pré-universitária: Uma visão a partir da análise de dados do ENEM. **Education Policy Analysis Archives**, v. 24, p. 74-74, 2016.

VASCONCELOS, J. C. *et al.* Infraestrutura escolar e investimentos públicos em Educação no Brasil: a importância para o desempenho educacional. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, n. 113, p. 874-898, 2021.